



Demonstrativos e Pareceres



Demonstrativos e Pareceres

● Balanço Patrimonial – Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	438	596	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.897	4.375
			Gestão Previdencial	1.929	4.028
REALIZÁVEL	682.696	628.662	Gestão Administrativa	953	338
Gestão Previdencial	153.905	160.290	Investimentos	15	9
Gestão Administrativa	894	175			
Investimentos	527.897	468.197	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	476	257
Créditos Privados e Depósitos	19.404	18.367	Gestão Previdencial	476	257
Ações	16.735	16.984			
Fundos de Investimento	460.654	406.707			
Investimentos Imobiliários	15.158	10.525	PATRIMÔNIO SOCIAL	679.922	624.805
Empréstimos	15.946	15.614	Patrimônio de Cobertura do Plano	672.088	618.045
			Provisões Matemáticas	693.372	664.226
PERMANENTE	161	179	Benefícios Concedidos	526.012	507.571
Imobilizado	161	179	Benefícios a Conceder	167.360	156.655
GESTÃO ASSISTENCIAL	299	6.212	Equilíbrio Técnico	(21.284)	(46.181)
			Resultados Realizados	(21.284)	(46.181)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(21.284)	(46.181)
			Fundos	7.834	6.760
			Fundos Previdenciais	251	99
			Fundos Administrativos	4.988	4.248
			Fundos dos Investimentos	2.595	2.413
			GESTÃO ASSISTENCIAL	299	6.212
TOTAL DO ATIVO	683.594	635.649	TOTAL DO PASSIVO	683.594	635.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Descrição		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício		618.144	557.410	11%
1. Adições		147.429	118.396	25%
(+)	Contribuições Previdenciais	83.925	39.746	111%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	60.143	74.617	-19%
(+)	Receitas Administrativas	2.956	3.541	-17%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	405	492	-18%
2. Destinações		(93.234)	(57.662)	62%
(-)	Benefícios	(89.343)	(53.233)	68%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(530)	(396)	34%
(-)	Despesas Administrativas	(2.619)	(2.549)	3%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(2)	-	100%
(-)	Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(740)	(1.484)	-50%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		54.195	60.734	-11%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(29.146)	(57.157)	-49%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(152)	(29)	424%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.897)	(3.548)	602%
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)		672.339	618.144	9%
C) Fundos não previdenciais		7.583	6.661	14%
(+/-)	Fundos Administrativos	4.988	4.248	17%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.595	2.413	8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	596.691	542.440	9%
1. Adições	91.331	108.895	-19%
Contribuições	35.030	38.353	-9%
Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	56.301	70.542	-25%
2. Destinações	(88.254)	(54.644)	38%
Benefícios	(86.352)	(52.556)	39%
Constituição de Contingências – Gestão Previdencial	(530)	(396)	25%
Custeio Administrativo	(1.372)	(1.692)	-23%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.077	54.251	-1663%
Provisões Matemáticas	21.820	(50.703)	332%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(24.897)	(3.548)	86%
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	599.768	596.691	1%
C) Fundos não previdenciais	5.248	4.867	7%
Fundos Administrativos	3.019	2.724	10%
Fundos dos Investimentos	2.229	2.143	4%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	21.453	14.970	30%
1. Adições	54.746	7.713	86%
Contribuições	50.905	3.639	93%
Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	3.841	4.074	-6%
2. Destinações	(3.628)	(1.230)	66%
Benefícios	(2.991)	(679)	77%
Custeio Administrativo	(637)	(551)	14%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	51.118	6.483	87%
Provisões Matemáticas	(50.966)	(6.454)	87%
Fundos Previdenciais	(152)	(29)	81%
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	72.571	21.453	70%
C) Fundos não previdenciais	2.335	1.794	23%
Fundos Administrativos	1.969	1.524	23%
Fundos dos Investimentos	366	270	26%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	607.097	602.751	1%
Disponível	160	290	-45%
Recebível	155.610	156.498	-1%
Investimento	451.327	445.963	1%
Créditos Privados e Depósitos	18.486	18.367	1%
Ações	16.734	16.984	-1%
Fundos de Investimento	387.915	385.649	1%
Investimentos Imobiliários	15.158	10.525	44%
Empréstimos	13.034	14.438	-10%
2. Obrigações	2.080	1.193	74%
Operacional	1.604	936	71%
Contingencial	476	257	85%
3. Fundos não Previdenciais	5.248	4.867	8%
Fundos Administrativos	3.019	2.724	11%
Fundos dos Investimentos	2.229	2.143	4%
5. Ativos Líquido (1-2-3-4)	599.768	596.691	1%
Provisões Matemáticas	(621.052)	(642.872)	-3%
Superávit/Déficit Técnico	21.284	46.181	-54%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	75.246	26.332	65%
Disponível	94	306	-226%
Recebível	3.285	3.792	-15%
Investimento	71.867	22.234	69%
Créditos Privados e Depósitos	918	-	100%
Fundos de Investimento	68.037	21.058	69%
Empréstimos	2.912	1.176	60%
2. Obrigações	340	3.085	-807%
Operacional	340	3.085	-807%
3. Fundos não Previdenciais	2.335	1.794	23%
Fundos Administrativos	1.969	1.524	23%
Fundos dos Investimentos	366	270	26%
5. Ativos Líquido (1-2-3-4)	72.571	21.453	70%
Provisões Matemáticas	(72.320)	(21.354)	70%
Fundos Previdenciais	(251)	(99)	61%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.248	2.764	35%
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.359	4.033	-20%
1.1. Receitas	3.359	4.033	-20%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.311	2.244	3%
Custeio Administrativo dos Investimentos	493	1.128	-129%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	152	169	-11%
Resultado Positivo dos Investimentos	405	492	-22%
Reversão de Contingências	(2)	-	100%
2. Despesas Administrativas	2.619	2.549	3%
2.1. Administração Previdencial	(1.441)	(1.421)	1%
Pessoal e encargos	(577)	(692)	-20%
Treinamentos/congressos e seminários	(20)	(10)	50%
Viagens e estadias	(56)	(40)	29%
Serviços de terceiros	(329)	(379)	-15%
Despesas gerais	(408)	(254)	38%
Depreciações e amortizações	(51)	(46)	10%
2.2. Administração dos Investimentos	(1.178)	(1.128)	4%
Pessoal e encargos	(507)	(577)	-14%
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(8)	62%
Viagens e estadias	(48)	(34)	30%
Serviços de terceiros	(273)	(244)	11%
Despesas gerais	(329)	(265)	19%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	740	1.484	-101%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	740	1.484	-101%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	4.988	4.248	15%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	599.768	596.690	1%
1. Provisões Matemáticas	621.052	642.871	-4%
1.1. Benefícios Concedidos	524.247	505.027	4%
Benefício Definido	524.247	505.027	4%
1.2. Benefício a Conceder	96.805	137.844	-42%
Benefício Definido	96.805	137.844	-42%
2. Equilíbrio Técnico	(21.284)	(46.181)	-117%
2.1. Resultados Realizados	(21.284)	(46.181)	-117%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(21.284)	(46.181)	-117%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

PLANO MISTO I DE BENEFÍCIOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	72.320	21.355	70%
1. Provisões Matemáticas	72.320	21.355	70%
1.1. Benefícios Concedidos	1.765	2.544	-44%
Contribuição Definida	1.765	2.544	-44%
1.2. Benefício a Conceder	70.555	18.811	73%
Contribuição Definida	68.652	17.725	74%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	43.125	7.694	82%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	25.527	10.031	61%
Benefício Definido	1.903	1.086	43%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

● Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS ("Entidade"), instituída e patrocinada pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 2.376, de 19 de janeiro de 1981, do Ministério da Previdência Complementar e às Resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e alterações posteriores.

Quando de sua constituição, a Entidade adotou a modalidade de plano de Benefício Definido - BD. Em maio de 2006, a Entidade instituiu um novo plano de benefícios previdenciários na modalidade Contribuição Definida - CD (Plano Misto I de Benefícios), tendo o seu regulamento sido aprovado em 29 de novembro de 2005 pelo Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), por meio da Secretaria de Previdência Complementar - SPC atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Quando da aprovação do novo regulamento, a Entidade passou a condição multipatrocinada, tendo a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE na qualidade de patrocinadora instituidora e a própria Entidade na qualidade de única patrocinadora solidária da CELPE.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade suplementar, para os empregados da CELPE e seus próprios empregados, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, tais como: suplementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade e especial, benefício proporcional diferido, suplementação de Pensão por Morte, suplementação de abono anual, suplementação de auxílio-reclusão, suplementação de auxílio-doença resultante de acidentes do trabalho, ampliação de auxílio-funeral e ampliação de auxílio-natalidade, de acordo com os Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Em 31 de dezembro de 2010, a Entidade possuía um total de 4.868 (4.862 em 2009) participantes, conforme demonstrado a seguir:

Plano	Participantes Ativos		Participantes Assistidos		Pensionistas		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Benefício definido	696	1.163	2.315	2.323	773	748	3.784	4.234
Contribuição definida	1.059	608	22	18	3	2	1.084	628
Total	1.755	1.771	2.337	2.341	776	750	4.868	4.862

No demonstrativo do resultado da avaliação atuarial - DRAA a quantidade de participantes refere-se a novembro/2010, mês base para avaliação atuarial.

Em 17 de agosto de 2009, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS (atual PREVIC) através da Portaria 3008, o Novo Regulamento do Plano Misto I de Benefícios (CELPOS CD), para permitir a abertura do novo processo de migração dos participantes do Plano BD para este plano. O novo prazo de migração foi de doze meses, tendo iniciado em 01 de novembro de 2009 e encerrado em 31 de outubro de 2010.

Os recursos que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são representados por contribui-

ções de suas patrocinadoras, de participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem à legislação vigente, especialmente ao disposto na Resolução nº 3.792/2009 e alterações estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, como segue:

a) Contribuição dos participantes

Os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos contribuem com percentuais sobre os salários e suplementações em forma de cascata, que iniciam em 2,95% até 35,10% para contribuição normal, resultando em uma contribuição média de 9,34% para ativos e autopatrocinados e de 8,86% para os assistidos do plano BD. Para o CELPOS CD os participantes ativos e autopatrocinados contribuem com os percentuais variando de 50%, 70%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição.

b) Contribuição da entidade patrocinadora

Nos exercícios de 2010 e 2009, a patrocinadora contribuiu mensalmente pela paridade contributiva para os benefícios programados, isto é, para cada real contribuído pelos participantes (ativos e assistidos) a patrocinadora contribui com igual valor, para o Plano BD e CELPOS CD.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação CELPOS estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, que introduziu mudanças significativas no plano de contas e na forma de divulgação das demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar número 001 de 16 de março de 2011, que altera os Anexos B e C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009.

Essas diretrizes são aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2010 e facultam a apresentação das informações comparativas com o ano de 2009. A administração da Fundação optou por apresentar as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 em conjunto com estas demonstrações contábeis para fins de comparabilidade. Desta forma, certas reclassificações foram efetuadas nos valores anteriormente apresentados para permitir a comparabilidade entre os exercícios.

Adicionalmente, essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações de resultado e fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Segundo esta Resolução as demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC e encaminhadas à PREVIC, são as seguintes:

I – Balanço Patrimonial

II – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

IV – Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

V – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

VI – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (Facultativa)

VII – Demonstrac o das Obriga es Atuariais do Plano de Benefícios

As demonstra es contábeis são apresentadas segregadas em 4 (quatro) Gestões, formando um conjunto de informa es que caracterizam as atividades destinadas   realiza o das fun es da Entidade, quais sejam:

- Gestão Previdencial – atividade de registro e de controle das contribu es, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar n  109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão Administrativa – atividade de registro e de controle inerentes   administra o dos planos de benefícios.
- Gestão Assistencial – atividade de registro e de controle das contribu es e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.
- Fluxo dos Investimentos – registro e controle referentes   aplica o dos recursos do plano.

A administra o da Funda o optou por apresentar as informa es dos valores correspondentes do exercício anterior em conjunto com estas demonstra es contábeis e autorizou a conclusão da prepara o destas demonstra es contábeis em 01 de abril de 2011.

3.Sumário das Principais Políticas Contábeis

a) Registro das adi es, dedu es, receitas, despesas, rendas/varia es positivas e dedu es/varia es negativas.

As adi es e dedu es da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as rendas/varia es positivas e dedu es/varia es negativas do Fluxo de Investimento, bem como as varia es patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime de competência.

b) Reservas matemáticas e fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos que refletem a posi o em 31 de dezembro de 2010 e 2009, com base no julgamento da administra o para determina o dos valores adequados a serem registrados nas demonstra es contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as a es, o valor de realiza o

de ativos, entre outros. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

d) Provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

e) Ativo realizável – Fluxo dos Investimentos

A estrutura de gestão dos investimentos é MULTIFUNDO que caracteriza uma gestão totalmente segregada dos investimentos. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

I. Créditos privados e depósitos / fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

De acordo com as novas regras, os administradores dos fundos de pensão podem marcar os títulos pré e pós-fixados e com vencimento superior a 365 dias pelo valor de aquisição, acrescidos da rentabilidade acumulada desde a data da aquisição (marcar pela “curva do papel”). A Secretaria de Previdência Complementar publicou as Resoluções CGPC nº 04/2002 e 15/2005, permitindo às entidades fechadas de previdência complementar a marcação “pela curva do papel” em alguns títulos e valores mobiliários integrantes de suas carteiras próprias e dos fundos de investimentos exclusivos, desde que tais papéis sejam classificados como “títulos mantidos até o vencimento”.

Os títulos mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em Parecer Atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002, e na Instrução CVM nº 438/2006.

II. Ações e Fundos de Investimentos de Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002, e na Instrução CVM nº 438/2006.

III. Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

f) Operações com participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Fundação deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização destes créditos.

Empréstimos de ordem pessoal

Em atendimento aos Normativos Legais e decisões internas atualizadas em junho de 2009, a carteira de empréstimos aos participantes é indexada pela rentabilidade da poupança, acrescida de 1% ao mês, e de acordo com a Política de Investimentos da Fundação, a carteira deve no mínimo alcançar a meta atuarial (INPC + 6% a.a.).

Os pagamentos dos empréstimos podem ser efetuados em até 48 meses, podendo ser concedidos para os Ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas, participantes dos Planos BD e CD.

g) Imobilizado - (Permanente)

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos.

h) Provisão de férias e 13º. Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

i) Exigível contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos.

Adicionalmente o registro da provisão no passivo dos planos, é efetuado em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial este deve ser registrado no passivo contingencial do plano em conta redutora.

j) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário externo contratado pela Entidade, e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

i) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.

ii) Benefícios a conceder

Registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

k) Receitas administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

l) Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Fundação CELPOS utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou;

- Despesas comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos e a mão-de-obra dedicada a cada plano previdencial, que é base para apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns;

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação CELPOS, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4.Realizável da Gestão Previdencial

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está composta conforme discriminado a seguir:

Descrição	2010	2009
		(Reapresentado)
Contribuições do Mês		
<i>Patrocinador (a)</i>	1.605	6.642
<i>Participantes (b)</i>	894	884
Contribuições contratadas – Patrocinador (c)	150.255	152.533
Outros Recursos a Receber	1.058	231
Adiantamentos	1	-
Outros realizáveis	92	-
Total	153.905	160.290

(a) Contribuição do mês – patrocinador – O saldo 2009 refere-se parte a: dotação especial - referente à recomposição da reserva dos participantes migrados em 2006 para o Plano Misto I de Benefícios, decorrente da diferença entre as hipóteses atuariais adotadas neste novo processo de migração; dotação patronal – referente à diferença de reserva matemática em função das aposentadorias especiais ou com conversão de tempo de especial em normal concedidos pela Previdência Social, prevista no item 61 e 61.01 do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos. Em dezembro de 2010 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na Legislação.

(b) Contribuição do mês – participante – Em dezembro de 2010 os lançamentos de contribuição extraordinária estão na mesma rubrica de contribuições normais devido à alteração na Legislação.

(c) Contribuições contratadas - patrocinador decorre de instrumentos contratuais de ratificação de compromisso, consolidação e parcelamento dos benefícios a conceder, assinados em 19/09/2001 e aditados em junho de 2003 cujo valor está sendo amortizado em 192 parcelas mensais, desde 26 de janeiro de 2008 sendo a última parcela em 26 de dezembro de 2023. O contrato é atualizado mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do IBGE, acrescidos de juros efetivos equivalentes a 6% ao ano.

5. Realizável da Gestão Administrativa (PGA)

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

Descrição	2010	2009
	(Reapresentado)	
Contas a receber		
Contribuições para custeio	380	-
Patrocinador	249	-
Participantes	131	-
Responsabilidade de empregados	14	13
Responsabilidade de terceiros	42	31
Outros recursos a receber	25	4
Outros realizáveis	433	127
Impostos a recuperar	49	117
Valores a receber transferidos	384	10
Total	894	175

6.Realizável dos Investimentos - (Planos Previdenciais e PGA)

É composto pelos grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentados a seguir:

	2010	2009
Títulos para negociação		
Créditos Privados e Depósitos		
Companhias Abertas		
Gafisa S.A.	2.982	-
	2.982	-
Ações		
Companhias Abertas		
Brasil Telecom S.A.	5	7
Outros Emissores		
CIA. Vale do Rio Doce	2	1
Shopping Center Tacaruna S.A.	16.728	16.976
Total de Ações	16.735	16.984
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		

HSBC FI RF ALM BD	13.131	10.563
BB Institucional Federal	4.703	3.924
Ações		
Ennesa FIA	9.321	9.326
Fator Celpos Calhetas FIA	37.731	34.885
Fator Sinergia III	2.855	2.777
Fator Sinergia IV	5.609	-
Mellon Capibaribe FIA	36.296	36.109
Mellon Income FIA	3.000	-
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	58.601	61.556
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário	46.382	60.761
BB Itamaraca FIM LP	52.375	-
Participações		
Rio Bravo Energia I – FIP	592	-
Imobiliário		
Panamby	5.556	5.381
Geo Guararapes	88	1.185
River Shopping	-	178
Shopping Guararapes	1.198	1.198
Total de Fundos de Investimentos	277.438	227.843
Total de Títulos para Negociação	297.155	244.827
Títulos Mantidos até o Vencimento		
Créditos Privados e Depósitos	-	-
Companhias Abertas		
BNDES Participações S.A.	16.423	15.578
METALTRUST 11	-	2.789
Total de Créditos Privados e Depósitos	16.423	18.367
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa		
HSBC FI RF ALM BD	182.647	174.370
Multimercado		
Santander FI Eletron Multimercado	568	4.494
Total de Fundos de Investimentos	183.215	178.864

Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	199.638	197.231
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis e Rendas	15.139	10.399
Outros Investimentos Imobiliários	19	126
Total de Investimentos Imobiliários	15.158	10.525
Operações com Participantes – Empréstimos	15.946	15.614
Total dos Investimentos	527.897	468.197

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28, que instituiu o novo plano de contas, foram efetuadas reclassificações nas contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 em relação ao originalmente publicado.

Em atendimento ao artigo 8º, da Resolução CGPC nº 04/02 a composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2010:

a) Títulos para negociação:

Descrição	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado PLANO BD	Valor de Mercado CELPOS CD	Valor de Mercado PGA	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
NTN C	1.000	1.096	2.557	2.557	-	-	2017
LFT	968	4.122	4.354	4.354	-	-	2012 a 2013
OP-Compromissada-LTN-O	5.768	5.450	5.452	5.452	-	-	2011
Créditos Privados e Depósitos	67	674	771	771	-	-	2011
Contas a Pagar/Receber			(3)	(3)	-	-	
Sub Total		11.342	13.131	13.131	-	-	
Santander FI Eletron Multimercado							
LFT	4.945	21.050	22.242	4.773	17.469	-	2012 a 2015
LTN	11.800	9.624	11.795	2.531	9.264	-	2011
NTN-F	2.640	2.447	2.721	584	2.137	-	2012
NTN-B	6.383	11.988	12.978	2.785	10.193	-	2012 a 2045
Créditos Privados e Depósitos	397	3.850	4.128	886	3.242	-	2011 a 2013
CDB	3.819	3.819	4.732	1.016	3.716	-	2011
Opções de Futuro		0	0	0	-	-	2011 a 2012
Contas a Pagar/Receber			5	1	4	-	

Sub Total		52.778	58.601	12.576	46.025	-	
Amaraji Celpos Mult. Previdenciário							
LFT	5.114	22.765	23.002	18.590	4.412	-	2011
NTN-B	4.722	9.008	9.537	7.708	1.829	-	2011 a 2045
CDB	3.607	3.966	4.384	3.543	841	-	2016
Ações	48.500	912	912	737	175	-	
OP-Compromissada-NTN-O	4.282	8.539	8.545	6.906	1.639	-	2011
Contas a Pagar/Receber			2	2	-	-	
Sub Total		45.190	46.382	37.486	8.896	-	
BB Itamaraca FIM LP							
LFT	8.550	37.520	38.457	38.457	-	-	2011 a 2013
NTN-B	5.717	10.823	11.702	11.702	-	-	2011 a 2045
OP-Compromissada-LTN-O	2.348	2.219	2.219	2.219	-	-	2011
Contas a Pagar/Receber			(3)	(3)	-	-	
Sub Total		50.562	52.375	52.375	-	-	
Fator Celpos Calhetas FIA							
Ações	1.432.000	33.115	36.917	33.170	3.747	-	
OP-Compromissada-LTN-O	1.276	1.065	1.066	958	108	-	2011
Contas a Pagar/Receber			(252)	(226)	- 26	-	
Sub Total		34.180	37.731	33.902	3.829	-	

a) Títulos para negociação:--Continuação

Descrição	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado PLANO BD	Valor de Mercado CELPOS CD	Valor de Mercado PGA	Vencimento
Mellon Capibaribe FIA							
Ações	1.461.823	35.018	35.489	33.064	2.425	-	
OP-Compromissada-NTN-O	267	534	534	498	36	-	2011
Contas a Pagar/Receber			273	254	19	-	
Sub Total		35.552	36.296	33.816	2.480	-	

Carteira Própria							
Fundos de Investimentos							
BB Institucional Federal		4.302	4.703	-	-	4.703	
Ennesa FIA		3.386	9.321	9.321	-	-	
Fator Sinergia III		1.982	2.855	2.589	266	-	
Fator Sinergia IV		5.382	5.609	2.515	3.094	-	
Mellon Income FIA		2.912	3.000	-	3.000	-	
Rio Bravo Energia I - FIP		600	592	592	-	-	
FII - Panamby		2.238	5.556	5.556	-	-	
FII - Geo Guararapes		2.548	88	88	-	-	
FII - Shopping Guararapes		3.741	1.198	1.198	-	-	
Sub Total		27.091	32.922	21.859	6.360	4.703	
Créditos Privados e Depósitos							
Gafisa S.A.	890	2.911	2.982	2.064	918	-	15/10/2016
Sub Total		2.911	2.982	2.064	918	-	
Ações							
Companhias Abertas							
Brasil Telecom S.A.	445	5	5	5	-	-	
Outros Emissores							
CIA. Vale do Rio Doce	52.294	1	2	2	-	-	01/07/2020
Shopping Center Tacaruna S.A.	1.993	9.105	16.728	16.728	-	-	08/07/2020
Sub Total		9.111	16.735	16.735	-	-	
Total da Carteira Própria		39.113	52.639	40.658	7.278	4.703	
Total dos Títulos para negociação		268.717	297.155	223.944	68.508	4.703	

b) Títulos mantidos a vencimento:

Descrição	Quantidade	Valor de Custo	Valor Consolidado	Valor Plano BD	Valor Celpos CD	Valor de Mercado (*)	Vencimento
HSBC FI RF ALM BD							
Títulos Públicos							
NTN B	14.625	20.089	26.244	26.244	-	28.984	15/05/2015
NTN B	6.500	10.145	11.973	11.973	-	12.995	15/05/2017
NTN B	12.688	16.722	21.414	21.414	-	26.112	15/08/2024
NTN B	39.107	59.407	67.752	67.752	-	81.576	15/05/2035
NTN B	31.271	51.868	55.264	55.264	-	67.019	15/05/2045
Sub Total		158.231	182.647	182.647	-	216.686	

Descrição	Quantidade	Valor de Custo	Valor Consolidado	Valor Plano BD	Valor Celpos CD	Valor de Mercado (*)	Vencimento
Santander FI Eletron Multimercado							
CEMIG 21	35	627	568	122	446	572	01/11/2011
Sub Total		627	568	122	446	572	
Carteira Própria							
Créditos Privados e Depósitos							
Companhias Abertas							
BNDES Participações S.A.	13.500	13.500	16.423	16.423	-	16.534	15/08/2013
Sub Total		13.500	16.423	16.423	-	16.534	
Total dos Títulos mantidos a vencimento		172.358	199.638	199.192	446	233.792	

(*) PU de Mercado divulgada pela ANDIMA.

Principais movimentações ocorridas no ano:

- Em 04 de junho de 2010, as debêntures METALTRUST 11, foram liquidadas, com o pagamento da atualização monetária e o cupom contratados.

- Aquisições de cotas de fundos de investimentos em 2010 no Plano BD:
 - Agosto/2010: Fundo Sinergia IV;
 - Novembro/2010: Fundo Rio Bravo Energia I (FIP) e Fundo BB Itamaracá FIM LP.
 - Aquisições de cotas de fundos de investimentos em 2010 no Plano Celpos CD:
 - Outubro/2010: Fundo Sinergia IV;
 - Dezembro/2010: Fundo BNY Mellon Arx Income FIA.
- Em 05 de novembro de 2010, foram adquiridas debêntures da GAFISA 28, alocadas na categoria de “negociação”. (Plano BD – Quantidade: 2.000 e Plano Celpos CD – Quantidade: 890).
- As Debêntures Shopping Tacaruna e CIA Vale do Rio Doce foram reclassificadas de Debêntures não conversíveis para o segmento de Ações (Outros Emissores), pois conforme consta da Escritura Particular, as mesmas apresentam remuneração variável correspondente à totalidade do Resultado Operacional Disponível.
- O empreendimento Shopping Tacaruna foi reavaliado pela Consult Soluções Patrimoniais, sendo registrado na Participação Direta e nas Debêntures.
- Em setembro/2010, foi realizada a transferência do Fundo de Investimento Imobiliário para Participação Direta do River Shopping. O laudo de avaliação do empreendimento foi elaborado pela empresa Caldas & Acosta Engenheiros Associados Ltda.

c) Composição dos títulos por vencimento:

Descrição	Plano BD			Plano Celpos CD			Plano PGA	TOTAL
	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	Sem vencimento ou até 90 dias	
Títulos para negociação								
Créditos Privados e depósitos	-	-	2.064	-	-	918	-	2.982
Ações	5	-	16.730	-	-	-	-	16.735
Carteira dos fundos de investimento	110.201	21.566	73.377	23.751	9.105	34.735	4.703	277.438
Títulos mantidos até o vencimento								
Créditos Privados e Depósitos	-	-	16.423	-	-	-	-	16.423
Carteira dos fundos de investimento	-	122	182.647	-	446	-	-	183.215
Investimentos Imobiliários	15.158	-	-	-	-	-	-	15.158
Operações com participantes (Empréstimos)	-	-	13.034	-	-	2.912	-	15.946
Total títulos por vencimento	125.364	21.688	304.275	23.751	9.551	38.565	4.703	527.897

Parâmetros de avaliação dos títulos e valores mobiliários:

Os títulos para negociação estão valorizados a preços de mercado.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Andima.
- Ações de companhia abertas, pela cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgado no relatório da Custódia.
- As Debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da Custódia.
- Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da Custódia.
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.
- Os títulos mantidos até o vencimento vencem entre 2011 a 2045. Os demais ativos, conforme Resolução CGPC no 04/2002 são classificados como "Títulos para negociação", os quais são negociados independentes do prazo de vencimento.

De acordo com o estudo de ALM – Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a administração da Entidade decidiu manter as aplicações em NTN's em carteira até o vencimento, tendo em vista as suas características – em termos de rentabilidade, superior à meta atuarial (INPC + 6% a.a.), risco reduzido (Títulos Públicos Federais) e prazo de vencimento longo e compatível com o fluxo de caixa atuarial.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Fundos de Investimentos Exclusivos

A composição dos investimentos realizados em Fundos de Investimentos exclusivos está abaixo demonstrada:

Descrição	2010	2009
HSBC FI RF ALM BD		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	4.354	
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	2.141
Notas do Tesouro Nacional - Série C	2.557	2.229
Operações Compromissadas LTN-O	5.452	5.472
	12.363	9.842
Créditos Privados e Depósitos		

Companhias Abertas		
Tractebel Energia S/A	771	721
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(3)	1
Títulos mantidos até o vencimento		
Títulos Públicos Federais		
Notas do Tesouro Nacional - Série B	182.647	171.771
Créditos Privados e Depósitos		
Petróleo Brasileiro S/A	-	2.599
	182.647	174.370
Total - HSBC FI RF ALM BD	195.778	184.933

Descrição	2010	2009
Santander FI Eletron Multimercado		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	22.242	25.728
Letras do Tesouro Nacional	11.795	9.803
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.721	985
Notas do Tesouro Nacional - Série F	12.978	2.465
Operações Compromissadas LTN-O	-	121.241
	49.736	540.222
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S/A	4.732	7.628
Companhias Abertas		
Tractebel Energia S/A	1.151	970
Vale S/A	2.977	2.732
	8.860	11.330
Derivativos		
Mercados Futuros		
Opções de Futuros	-	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	5	4
Títulos mantidos até o vencimento		
Créditos Privados e Depósitos		
Cemig Geração e Transmissão S/A	568	4.494
Total - Santander FI Eletron Multimercado	59.169	66.050

Descrição	2010	2009
Amaraji Celpos Multimercado Previdenciário		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	23.002	24.160
Letras do Tesouro Nacional	-	15.675
Notas do Tesouro Nacional - Série B	9.537	-
Operações Compromissadas LTN-O	-	9.636
Operações Compromissadas NTN-O	8.545	-
	41.084	49.471
Créditos Privados e Depósitos		
Instituições Financeiras		
Bradesco S/A	4.384	11.293
Ações		-
Nível 1	377	
Novo Mercado	535	
	912	-
Derivativos		
SWAP	-	(5)
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	2	2
Total - Amaraji Celpos Multimercado	46.382	60.761

Descrição	2010	2009
BB Itamaracá FIM LP		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Letras Financeiras do Tesouro	38.457	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.702	-
Operações Compromissadas LTN-O	2.219	-
	52.378	-
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(3)	-
Total - BB Itamaracá FIM LP	52.375	-

Descrição	2010	2009
Fator Celpos Calhetas FIA		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Operações Compromissadas LTN-O	1.066	-
Operações Compromissadas NTN-F-O	-	1.402
	1.066	1.402
Ações		
Nível 1	14.861	20.060
Nível 2	-	3.413
Novo Mercado	13.438	5.730
Sem Classificação	8.618	4.376
	36.917	33.579
Fundos de Investimentos		
Fator Over FI	-	186
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	(252)	(282)
Total - Fator Celpos Calhetas FIA	37.731	34.885

Descrição	2010	2009
Mellon Capibaribe FIA		
Títulos para Negociação		
Títulos Públicos Federais		
Operações Compromissadas NTN-O	534	-
	534	-
Ações		
Nível 1	16.631	15.378
Nível 2	389	831
Novo Mercado	4.901	12.155
Sem Classificação	13.568	6.011
	35.489	34.375
Outros (Tesouraria / Contas a Pagar e Receber)	273	1.734
Total - Mellon Capibaribe FIA	36.296	36.109

Investimentos Imobiliários

A composição dos Investimentos Imobiliários está demonstrada abaixo:

Descrição	2010	2009
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis e Rendas		
Terrenos	1.692	1.692
Edificações	7.902	6.093
(-) Depreciação	(391)	(257)
Aluguéis a receber	21	73
Rendas de participações	5.915	2.798
	15.139	10.399
Outros Investimentos Imobiliários	19	126
Total de Investimentos Imobiliários	15.158	10.525

Empréstimos a Participantes

O resumo das operações com participantes está abaixo demonstrado:

	2010	2009
Plano BD	13.034	14.438
Celpos CD	2.912	1.176
Total	15.946	15.614

Os empréstimos a participantes são remunerados pela rentabilidade da poupança acrescida de juros de 1% a.m.

Reavaliação de imóveis

No exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 foram procedidas reavaliações de imóveis, com base na norma NBR 14.653-1/2001 (item 10.2 b), em conjunto com a NBR 14.653-2/2004 ambas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Em agosto de 2010, foi realizada a venda do imóvel Belém de São Francisco, o que refletiu negativamente em R\$ 18, nos investimentos imobiliários e em novembro de 2010, os imóveis Camaragibe, Casa Amarela, Cavaleiro, Edf. Fernandes Vieira, Garanhuns, Igarassu, Imbiribeira, Jaboatão, Varadouro-Olinda, Petrolina, Boa Viagem e Timbaúba, foram reavaliados com base nos laudos técnicos emitidos pela consultoria – Caldas & Acosta – Engenheiros Associados, o que refletiu positivamente em R\$ 1.812, nos investimentos imobiliários.

Em dezembro de 2010, houve o recebimento do imóvel Itaíba, que estava registrado na conta contábil de Provisão de Crédito Liquidação Duvidosa - Alienação de Imóveis. A conta corresponde ao saldo de R\$ 30 em 2010 (R\$ 45 em 2009).

7. Permanente (Gestão Administrativa)

	2010	2009
Custo	633	599
(-) Depreciação	(472)	(420)
Total	161	179

8. Gestão Assistencial

	2010	2009
Disponível	154	13
Realizável	145	6.199
Total	299	6.212

Em 04 de junho de 2010 o saldo do Fundo Assistencial foi repassado para Patrocinadora CELPE no valor de R\$ 6.119, através do Contrato de Doação Modal firmado entre as partes.

Nos registros contábeis, a Gestão Assistencial se mantém apenas em função das ações judiciais e de cobranças do SUS (Sistema Único de Saúde) referente a atendimentos pelo referido sistema, dos participantes do CELPOS SAÚDE, ambos ainda, em tramite.

9. Exigível Operacional

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são assim demonstrados:

Gestão Previdencial

Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar	400	199
Retenções a recolher	455	469
Recursos antecipados	19	3.061
Outras exigibilidades	1.055	299
Créditos não identificados	6	6
Valores a pagar transferidos	669	293
Cobertura das despesas administrativas	380	-
Total	1.929	4.028

Descrição	2010	2009
Contas a pagar		
Pessoal	107	97
Material	17	52
Serviço de terceiros	31	39
Tributos	22	16
Retenções a recolher	12	16
Outras exigibilidades	764	118
Valores a pagar transferidos	759	118
Repasse	5	-
Total	953	338

10. Exigível Contingencial

A Entidade realizou registro das contingências consubstanciadas em relatórios emitidos pelas consultorias jurídicas, decorrentes de ações consideradas de provável execução, e o critério adotado para o registro dessa contingência, correspondeu à provisão de 100% das ações prováveis, conforme relatório do Escritório Ivo Barbosa Advogados Associados e do Escritório Abreu, Barboza e Viveiros, onde possui a seguinte composição:

Exigível Contingencial	2010	2009
Provisão para contingências	724	593
(-) Depósitos judiciais	(248)	(336)
Total	476	257

11. Provisões matemáticas

Para fins de atendimento da Resolução CGPC N° 18 de 28/03/2006, a análise das Hipóteses Atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios Definidos e do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS no encerramento do exercício de 2010, foram apresentadas através do relatório atuarial JM/2596/2010 datado de 10/09/2010, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 22/09/2010.

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2010 e 2009:

Exigível Contingencial	2010	2009
Taxa real anual de juros	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	Entre 1% e 2%	Entre 1% e 2%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - dos benefícios da Entidade	97,5%	97,5%

Hipóteses sobre rotatividade (ao longo dos próximos 12 meses)	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	qx da AT-83	qx da AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-49	$q_x^i = q_x$ da AT-49
Tábua de entrada em invalidez	Light-média	Light-média
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva	Família efetiva

12. Equilíbrio Técnico

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas dos Planos e o déficit técnico acumulado do Plano BD e CD estão demonstrados como segue:

Descrição	2010	2009
Benefícios concedidos	526.012	507.571
Contribuição definida	1.765	2.544
Benefício definido Estruturado em Regime de Capitalização	524.247	505.027
Benefícios a conceder	167.360	156.655
Contribuição definida	68.652	18.810
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	89.540	127.616
Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização	7.265	10.229
Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição	1.903	1.309
Equilíbrio técnico	(21.284)	(46.181)
Patrimônio de Cobertura dos Planos	672.088	618.045

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos da CELPOS, avaliada com os mesmos regimes / métodos atuariais de financiamento e com as mesmas hipóteses do exercício anterior, com exceção do fato da família efetiva ter passado a ser aplicada a todos os benefícios concedidos, apresentou em 31/12/2010, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 21.284 equivalente a 3,55% do Patrimônio de Cobertura do Plano - Plano BD, então existente, de R\$ 599.768. E o Patrimônio de Cobertura do Plano - Celpos CD apresenta o montante de R\$ 72.320, perfazendo o total de R\$ 672.088.

Durante o exercício de 2010, a rentabilidade nominal líquida do Plano BD obtida foi de 12,81% (16,30% em 2009), o que representou obter, em relação ao indexador contido na meta atuarial de rentabilidade (ou seja, em relação ao INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem), mais 6,34% contra uma meta de mais 6% a.a.

Equacionamento do Déficit

No Plano Anual de Custeio 2011, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, estão apresentados os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do Patrocinador para dar o devido equacionamento pleno ao referido Déficit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2010.

13. Fundos

O Fundo da Gestão Previdencial é calculado atuarialmente pela empresa Jessé Montello Serv. Téc. Em Atuária e Econ. Ltda. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 251 (2009 - R\$ 99).

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 4.988 (2009 - R\$ 4.249).

O Fundo dos Investimentos, denominado Reserva de Quitação por Morte - RQM é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 2.595 (2009 - R\$ 2.413).

14. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

Conforme Instrução nº 34 - item 5, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

A Instrução 34 também prevê que a Gestão assistencial seja classificada em conta separada do ativo e passivo, de forma a possibilitar a identificação e a independência do patrimônio, conforme reclassificação abaixo.

A fim de mantermos os depósitos judiciais comparativos com os saldos de 31 de dezembro de 2010, reclassificamos os depósitos judiciais na data base de 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 336 do ativo circulante para o passivo circulante.

Para fins de adequação da Instrução 34 e apresentação das demonstrações financeiras, a Celpos efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes ao balanço de 31/12/2009, sem, contudo afetar a qualidade das informações apresentadas.

Apresentação dos Efeitos da Consolidação (cont.)

ATIVO	2009	Reclassificação	2009 (reapresentado)
DISPONÍVEL	609	(13)	596
REALIZÁVEL	635.198	(6.536)	628.662
Gestão Previdencial	160.290	-	160.290
Gestão Administrativa	511	(336)	175
Gestão Assistencial	307	(307)	-
Investimentos	474.090	(5.893)	468.197
Créditos Privados e Depósitos	15.578	2.789	18.367
Ações	16.986	(2)	16.984
Fundos de Investimento	415.387	(8.680)	406.707
Investimentos Imobiliários	10.525	-	10.525
Empréstimos	15.614	-	15.614
PERMANENTE	179	-	179
Imobilizado	179	-	179
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	6.212	6.212
TOTAL DO ATIVO	635.986		635.649

Apresentação dos Efeitos da Consolidação (cont.)

PASSIVO	2009	Reclassificação	2009 (reapresentado)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	10.518	(6.143)	4.375
Gestão Previdencial	4.028	-	4.028
Gestão Administrativa	338	-	338
Investimentos	9	-	9
Gestão Assistencial	6.143	(6.143)	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	601		257
Gestão Previdencial	593	(336)	257
Gestão Assistencial	8	(8)	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	624.867	(62)	624.805
Patrimônio de Cobertura do Plano	618.045	-	618.045
Provisões Matemáticas	664.226	-	664.226
Benefícios Concedidos	507.571	-	507.571
Benefícios a Conceder	156.655	-	156.655
Equilíbrio Técnico	(46.181)	-	(46.181)
Resultados Realizados	(46.181)	-	(46.181)
(-) Déficit Técnico Acumulado	46.181	-	46.181
Fundos	6.822	(62)	6.760
Fundos Previdenciais	99	-	99
Fundos Administrativos	4.307	(58)	4.248
Fundos dos Investimentos	2.413	-	2.413
Fundo Assistencial	3	(3)	-
GESTÃO ASSISTENCIAL	-	6.212	6.212
TOTAL DO PASSIVO	635.986		635.649

● Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores da

Fundação Celpe de Seguridade Social – Celpos

Recife-PE

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Celpe de Seguridade Social – Celpos (“Entidade” ou “Celpos”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Celpe de Seguridade Social - Celpos em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Salvador, 01 de abril de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 015199/O-6-F-PE

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-o - S - PE

• Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CELPE de Seguridade Social - CELPOS, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 34, do Estatuto Social da referida Fundação, acompanharam as atividades da CELPOS no decorrer do exercício de 2010, à vista dos Balancetes e demais Demonstrações Contábeis, que lhes foram apresentados. Assim sendo e considerando o exame final a que procederam no Balanço Patrimonial e no Demonstrativo Analítico dos Investimentos, levantados em 31 de dezembro de 2010, bem como nas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (consolidada e por plano de benefícios), Demonstração do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefícios), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) e Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano - DOAP (por plano de benefícios), findo naquela data, para o que contaram com os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO - Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado em 09 de fevereiro de 2011 (Plano Misto I de Benefícios - Celpos CD e do Plano de Benefícios Definidos - Plano BD) e da ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S., datado de 01 de abril de 2011, ambos sem ressalvas, opinam que os referidos documentos traduzem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Fundação, naquela data, estando em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo.

Recife, 18 de abril de 2011.

Marcílio Quintino Correia da Silva - Presidente

Alberto Henrique de Lima Oliveira - Membro Titular

José Ferreira Lima - Membro Titular

● Parecer do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo da **FUNDAÇÃO CELPE DE SEGURIDADE SOCIAL - CELPOS**, presentes à reunião, realizada no dia 25 de abril de 2011, em cumprimento ao disposto no Artigo 20, Inciso X do Estatuto Social, após exame das Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e considerando os pareceres do Consultor Atuarial JESSÉ MONTELLO – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., datado em 09 de fevereiro de 2011 (Plano Misto I de Benefícios – Celpos CD e do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD) e da ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S., datado de 01 de abril de 2011, e do Conselho Fiscal, datado de 18 de abril de 2011, e ainda levando em conta as informações suplementares prestadas pela Diretoria na reunião, decidiram pela sua aprovação.

Recife, 25 de abril de 2011.

Amauri Pereira da Silva - Presidente
Sandra Maria Albuquerque Torreão - Membro Titular
Luiz Carlos Teixeira - Membro Suplente
André Luiz dos Santos - Membro Titular
Almir Teles de Sá Filho - Membro Titular

Plano BD

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos da CELPOS, avaliada com os mesmos regimes / métodos atuariais de financiamento e com as mesmas hipóteses do exercício anterior, com exceção do fato da familiar efetiva ter passado a ser aplicada a todos os benefícios concedidos, sejam eles benefícios de pensão por morte ou sejam eles benefícios de aposentadoria, já considerando a incorporação plena na Família Média por Idade utilizada na avaliação atuarial dos compromissos de pensão por morte dos participantes não assistidos da atualização cadastral de composição familiar realizada no ano de 2009, apresentou, em 31/12/2010, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (21.283.771,22) equivalente a 3,55% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 599.768.129,92, já considerando as transferências de participantes deste Plano para o Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ocorridos ao longo de 2010.

NOTA: O fato em si de se ter passado a adotar a família efetiva a todos os benefícios concedidos (tanto aos benefícios de pensão por morte, quanto aos benefícios de aposentadoria) não trouxeram impacto digno de registro nas Provisões Matemáticas. O impacto digno de registrar na evolução das Provisões Matemáticas é a incorporação, ao final de 2010, de mais 12/56 (os 12/56 remanescentes, da incorporação da família efetiva, que correspondeu a R\$ 9.421.942,51).

FATO RELEVANTE: Através do JM/0348/2011 de 04/02/2011, foi apresentado o Plano de Custeio incluindo os ajustes contributivos a vigorar a partir de 2011, que, a partir da sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, reverterá, tomando por base a posição de 31/12/2010, integralmente o Déficit Técnico Acumulado registrado ao final de 2010 (Ver item 11 deste Parecer Atuarial).

2) No Plano Anual de Custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELPOS, estão apresentados os ajustes contributivos a serem realizados nas contribuições dos participantes e dos assistidos, bem como nas contribuições do Patrocinador para dar o devido equacionamento pleno ao referido Déficit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2010.

3) A rentabilidade nominal líquida obtida por este Plano de Benefícios Definidos da CELPOS na aplicação do seu Ativo líquido, ao longo de 2010, foi de 12,81%, o que representou obter, em relação ao indexador contido na meta atuarial de rentabilidade (ou seja, em relação ao INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem), mais 6,34%, contra uma meta de mais 6% ao ano.

4) A Patrocinadora CELPE está cumprindo as obrigações relativas às operações contratadas e repactuadas junto à CELPOS, cujo saldo devedor está registrado como Contas a Receber, dentro do Ativo Líquido do Plano, com base no estabelecido em contrato firmado entre as partes em 19/09/2001. O saldo devedor dessas operações contratadas, em 31/12/2010, encontra-se discriminado no item 5 deste Parecer Atuarial.

5) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Patrimônio de Cobertura do Plano apresentavam, em 31/12/2010, as seguintes aberturas:

• Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 524.246.880,45
• Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 96.805.020,69
• Provisão Matemática a Constituir	R\$ (-----0,00)
• Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas).....	R\$ 621.051.901,14
• Déficit Técnico Acumulado (IMPORTANTE).....	R\$ (21.283.771,22) *1
• Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 599.768.129,92 *2

*1: A abertura desse Déficit Técnico (Acumulado) entre Benefícios Concedidos e a Conceder, se for considerada a proporção entre o valor atual das contribuições futuras dos Assistidos (e respectiva paridade patronal) e dos Não Assistidos (e respectiva paridade patronal) é a seguinte: R\$ (14.016.649,27) é a proporção relativa a Benefícios Concedidos e R\$ (7.267.121,95) é a proporção relativa a Benefícios a Conceder.

*2: No valor desse Patrimônio de Cobertura do Plano está incluído o saldo das operações com patrocinadoras referidas no item 4, cujo saldo devedor, em 31/12/2010, era o seguinte: Contratos de Provisão Matemática a Constituir securitizada: R\$ 150.255.584,51 valor totalmente referente a Benefícios a Conceder, considerando que o valor correspondente a Benefícios do Plano com a Geração Atual no encerramento do exercício de 2010 era de R\$ 156.892.764,44.

IMPORTANTE: Ver “FATO RELEVANTE” apresentado no item 1 a respeito do equacionamento integral desse Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: À título de esclarecimento, considerando que o Plano de Benefícios Definidos da CELPOS está fechado, desde de 31/01/2006, à novas adesões de participantes, em realidade o Regime/Método de Financiamento Atuarial desse Plano é o de Capitalização na versão do Método Agregado.

6) Uma informação relevante a respeito dos participantes ativos que não aparece nos campos do Anexo A do formulário correspondente ao DRAA da PREVIC do MPS é a de que a idade média desses participantes no Plano de Benefícios Definidos da CELPOS, em 31/12/2010, era de 50 anos.

7) Com relação às hipóteses atuariais relativas à mortalidade / sobrevivência foi completada, desde o ano de 2008, a transição para a Mortalidade Geral “qx da AT-83”, atendendo assim ao estabelecido na Resolução CGPC/MPS nº 18 de 28/03/2006, merecendo destaque o fato dessa Tábua de Mortalidade Geral continuar a se mostrar aderente à massa de participantes, conforme verificado por testes de aderência realizados em 2010.

8) Ao longo de 2010, com a reabertura da transferência de participantes para o Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, registrou-se uma redução significativa na quantidade de participantes não assistidos do Plano de Benefícios Definidos da CELPOS.

9) Este Plano de Benefícios Definidos da CELPOS possui em carteira papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação mais juros reais, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002 está sendo feito pelos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos conforme taxa pactuada. A capacidade financeira relativa à adoção desse procedimento de registro de títulos classificados como “até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil, traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

10) A abertura das Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em conformidade com o Plano de Contas vigente desde 01/01/2010, estão a seguir apresentadas:

2.3.1.1.01.00.00	Benefícios	Concedidos		R\$ 524.246.880,45
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização			R\$ 524.246.880,45
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos			R\$ 496.651.929,79
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos. ..			R\$ 27.594.950,66
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios	a	Conceder	R\$ 96.805.020,69
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado			R\$ 89.540.108,30
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados			R\$ 115.885.828,18
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores			R\$ (13.172.859,94)
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes			R\$ (13.172.859,94)
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado			R\$ 7.264.912,39
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados			R\$ 9.571.167,13
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores			R\$ (1.153.127,37)
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes			R\$ (1.153.127,37)

2.3.1.1.00.00.00	Provisões	Matemáticas.....		R\$ 621.051.901,14
2.3.1.2.01.00.00	Resultados	Realizados.....		R\$ (21.283.771,22)
2.3.1.2.01.02.00	Déficit	Técnico	Acumulado.....	R\$ (21.283.771,22)

2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio	de	Cobertura do Plano.....	R\$ 599.728.129,92

11) Considerando a aprovação do Plano de Custeio proposto por nossa Consultoria Atuarial Independente através do JM/0348/2011 de 04/02/2011, referido no “FATO RELEVANTE” apresentado no item 1 deste Parecer Atuarial, a abertura das Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2010, em conformidade com o Plano de Custeio vigente desde 01/01/2010, são os seguintes:

2.3.1.1.01.00.00	Benefícios	Concedidos.....	R\$ 508.374.654,03
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização.....	R\$ 508.374.654,03	
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos.....	R\$ 481.546.831,27	
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos.....	R\$ 26.827.822,76	
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder.....	R\$ 88.538.486,56	
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado.....	R\$ 81.972.378,36	
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados.....	R\$ 112.279.173,86	
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores.....	R\$ (15.153.397,75)	
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes.....	R\$ (15.153.397,75)	
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado.....	R\$ 6.566.108,20	
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados.....	R\$ 9.219.753,28	
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores.....	R\$ (1.326.822,54)	
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes.....	R\$ (1.326.822,54)	

2.3.1.1.00.00.00	Provisões Matemáticas.....	R\$ 596.913.140,59	
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados.....	R\$ 2.854.989,33	
2.3.1.2.01.02.00	Superávit Técnico Acumulado.....	R\$ 2.854.989,33	
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência.....	R\$ 2.854.989,33	

2.3.1.0.00.00.00	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 599.768.129,92	

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	6%	A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	79 *4	A-16
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	Entre 1% e 2% ao ano*1	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	593 *4	A-17
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO	24 *4	A-18
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO	3.785,25 *4	A-19
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO			QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	45	A-20
DOS SALÁRIOS	-	A-5	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	51	A-21
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	97,50% *2	A-6	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	2.325	A-22
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-7	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	2.543.692,82 *4	A-23
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-8	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	*5	A-24
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA	A-9	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	*5	A-25
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	qx da AT-83	A-10	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	*5	A-26
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	$q_x^i = q_x$ da AT-49	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS	2.162	A-27
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	ix da LIGHT-MÉDIA	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS	1.716,67	A-28
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS	67	A-29
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	*3	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	163	A-30
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	1.058,99	A-31
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	57	A-32
			QUANTIDADE - PENSÕES	770	A-33
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	802,69	A-34
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	23	A-35

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS					
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	1.763,33	A-36
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-37
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	-	A-38
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-39
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	-	A-40
Observações: INDEXADOR ECONÔMICO: INPC do IBGE					A-41
*1 $(A+B \ln x) (1 + \text{PROD})^{x-15}$, sendo A= - 10.670 e B = 3.617, onde x é a idade alcançada e PROD = 0% ao ano. *2: compatível com uma inflação anual da ordem de 4,5% ao ano *3 Para as pensões e para as aposentadorias já concedidas, se adotou a família efetiva. Para os participantes não assistidos, se adotou a Família Média por idade obtida a partir do cadastro de 2009, já com 56/56 (ou 100%) do reflexo desse cadastro incorporado.*4 Incluídos os autopatrocinados nessas estatísticas. *5 Incluídos nas estatísticas das aposentadorias (Campos A-27/A-28/A-29) já que as aposentadorias especiais não são processadas em separado das demais aposentadorias não decorrentes de invalidez.					

● Celpos CD

1) O Plano Misto I de Benefícios da CELPOS entrou em vigor em 31/01/2006, tendo sido enquadrado de acordo com os procedimentos adotados pela PREVIC do MPS como Plano de Contribuição Definida.

2) O Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e o Ativo Líquido Previdenciário deste Plano Misto I de Benefícios da CELPOS apresenta, em 31/12/2010, a seguinte abertura:

• Provisão Matemática Benefícios Concedidos.....	R\$ 1.765.055,12*1
• Provisão Matemática Benefícios a Conceder.....	R\$ 70.554.637,19*2
• Provisão Matemática (Passivo Atuarial).....	R\$ 72.319.692,31
• Resultado Técnico Acumulado	R\$ 0,00*3
• Ativo Líquido do Plano.....	R\$ 72.319.692,31*4

*1: Corresponde ao saldo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos dos assistidos.

*2: Sendo que R\$ 68.651.968,93 corresponde ao saldo das Provisões Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes não assistidos e sendo que R\$ 1.902.668,26 corresponde ao saldo das Provisões Matemáticas Coletivas de Benefícios de Risco a Conceder.

*3: Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida não se registra Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

*4: O valor do Ativo Líquido do Plano de R\$ 72.319.692,31 está deduzido do valor do Fundo Previdencial de R\$ 364,23 relativo a contribuições patronais de ex-participantes não passíveis de serem resgatadas.

3) O Plano de custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS, aqui avaliado, é o seguinte:

i) Para cobertura de Benefícios Programados (Custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinador):

- **Participante:** 100% da Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos; e
- **Patrocinador:** Valor igual a 100% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 127,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

ii) Para cobertura dos Benefícios de Risco (Custeio de responsabilidade exclusiva do Patrocinador):

- **Patrocinador:** Valor igual a 27,39% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e igual a 0,00% de Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Especial.

iii) Para cobertura das Despesas Administrativas (Custeio de responsabilidade exclusiva do Patrocinador):

- **Patrocinador:** Valor igual a 40,13% da Contribuição Normal Básica Mensal (de caráter obrigatório) de cada Participante Ativo Normal e de cada Participante Ativo Especial (limitado a 15% do total das contribuições dos Participantes e do Patrocinador)

4) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no artigo 39 (e respectivo Parágrafo Único) do Regulamento de Benefícios.

5) Pela natureza do Plano Misto I de Benefícios da CELPOS ser do tipo Contribuição Definida, não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS
HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS

HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
TAXA REAL ANUAL DE JUROS	NÃO APLICÁVEL	A-1	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO FEMININO	280	A-16
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO	NÃO APLICÁVEL	A-2	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES ATIVOS DO SEXO MASCULINO	752	A-16
PROJEÇÃO DE CRESC. REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEF. DO INSS	-	A-3	TEMPO MÉDIO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO (3)	11	A-17
PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	-	A-4	SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO MÉDIO (INCLUINDO AUTOPATROCINADOS)	4.670,65	A-18
FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO			QUANTIDADE DE PARTICIPANTES AUTO PATROCINADOS	(4)	A-19
DOS SALÁRIOS	-	A-5	IDADE MÉDIA - PART. AUTO PATROCINADOS	(4)	A-20
DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE	NÃO APLICÁVEL	A-6	QUANTIDADE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	21	A-21
DOS BENEFÍCIOS DO INSS	-	A-7	FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (INCLUINDO AUTOPATROCINADOS)	4.820.114,47	A-22
HIPÓTESE SOBRE GERAÇÕES FUTURAS DE NOVOS ENTRADOS	-	A-8	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-23
HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE	NULA	A-9	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-24
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL	(1)	A-10	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS ESPECIAIS	-	A-25
TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS	-	A-11	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS (TS, ID, ESP)	21	A-26
TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ	(2)	A-12	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS (TS, ID, ESP)	3.785,24	A-27
OUTRAS TÁBUAS BIOMÉTRICAS UTILIZADAS	-	A-13	IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS (TS, ID, ESP)	58	A-28
HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS	NÃO APLICÁVEL	A-14	QUANTIDADE - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-29
OUTRAS HIPÓTESES NÃO REFERIDAS ANTERIORMENTE	-	A-15	COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-30
			IDADE MÉDIA - APOSENTADORIAS INVALIDEZ	-	A-31
			QUANTIDADE - PENSÕES	3	A-32
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - PENSÕES	3.500,27	A-33

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS HIPÓTESES ATUARIAIS E INFORMAÇÕES GERAIS					
HIPÓTESES UTILIZADAS NA PRESENTE AVALIAÇÃO ATUARIAL			INFORMAÇÕES GERAIS		
			QUANTIDADE - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	8	A-34
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA - BENEFÍCIOS DIFERIDOS	6.771,47	A-35
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-36
			COMPLEMENTAÇÃO MÉDIA	-	A-37
			QUANTIDADE - OUTRO BENEFÍCIO	-	A-38
					A-39
Observações: VARIAÇÃO DO VALOR DAS COTAS					A-41
(1) Foi usada na avaliação do Pecúlio por Morte do Participante Ativo a Tábua Geral de Mortalidade AT-49, agravados os “qx” em 50%. (VIDE IMPORTANTE)					
(2) Foi usada na avaliação do Pecúlio por entrada em Invalidez a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT –MÉDIA, agravados os “ix” em 50%.					
(3) Incluindo o tempo de contribuição do plano de origem (plano de benefício definido da CELPOS do qual se transferiram para o Plano Misto).					
(4) Incluso nos itens A-16 e A-17.					
IMPORTANTE: Por se tratar de Benefício pago por Morte e não pago por sobrevivência, não há exigência de se adotar até o final de 2010 a Tábua Geral de Mortalidade AT-83.					